

política

Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Editora: Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br

Excesso de CPIs pode atrapalhar

Em menos de cinco meses completos de trabalho, o governo Lula enfrenta uma saraivada de comissões parlamentares de inquérito (CPIs) que preocupa o Palácio do Planalto e a base aliada. Em poucos dias, três CPIs foram instaladas na Câmara dos Deputados. A que tem maior poder de fogo para atrapalhar o governo, segundo analistas políticos, é a chamada CPI do MST, que investiga as invasões de terras promovidas pelo Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) desde o início de 2023.

Lula abriu a guarda

Na avaliação de parlamentares, ao associar seu governo ao MST, Lula abriu a guarda para ser atacado com força por essa CPI, que tem à frente o deputado bolsonarista gaúcho coronel Zucco (REP, foto), na presidência, e como relator, o deputado, também bolsonarista, de São Paulo, o polêmico ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles (PL).



CÂMARA DOS DEPUTADOS / DIVULGAÇÃO/JC

CPIs, apostas esportivas e atos golpistas

Outras duas CPIs abrem espaço para um debate intenso: o rombo milionário nas Lojas Americanas e a que investigará as fraudes envolvendo as apostas esportivas. Isso, sem falar na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos atos golpistas de 8 de janeiro, que só não tem maior velocidade no Congresso Nacional porque a cada momento surgem fatos novos para serem investigados, e tanto governo quanto oposição não estão ainda tão certos dos rumos que a CPMI pode tomar. Há um temor que pode sobrar para todo mundo. Por isso, por razões diferentes, tanto o Planalto quanto os opositores não estão tão entusiasmados em levá-la adiante.

Fraudes em apostas esportivas

A CPI das fraudes das apostas esportivas aquece um debate a cada dia, que está deixando muita gente sem dormir. O especialista e CEO da Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL), Wesley Cardia, que representa 13 destas empresas que atuam nesse cenário no Brasil, de casas de apostas, afirmou em entrevista, que “as organizações têm mecanismos internos para identificar apostas suspeitas como essas que estão sendo denunciadas, mas não tem como ter certeza num primeiro momento, tem que criar um padrão das apostas que estão sendo feitas ao longo do período”.

Número pequeno

O executivo alerta que “esses malfeitores, esses malandros, que fazem as apostas, sabem como passar pelo crivo de alguma maneira, atuando em várias casas de apostas ao mesmo tempo”. Wesley Cardia destacou que não há como ter um percentual do número de apostas suspeitas, mas acentuou que o número é muito pequeno. “A grande maioria das apostas é feita corretamente, mas enquanto não houver uma regulamentação, há uma série de coisas que a gente não consegue controlar.”

Controle do governo

A regulamentação trará informações de como o governo exercerá esse controle, seja através de um controle forte através do Banco Central ou da Receita Federal. “Hoje um fraudador pode fazer a aposta que achar interessante em 100 casas ao mesmo tempo. Existem cerca de 3 mil empresas que não têm nenhum interesse de que seja feita a regulamentação, que sejam exercidos os controles, por isso, que a regulamentação é fundamental. É uma hipocrisia da sociedade dizer que no Brasil não tem jogo legal. Legal ele já é desde 2018, quando foi editada a lei, só falta a regulamentação”, acentuou Wesley Cardia.

Câmara faz três tentativas frustradas de notificar Deltan

TSE cassou o registro da candidatura inviabilizando o mandato

/ CONGRESSO NACIONAL

A Corregedoria da Câmara dos Deputados tentou notificar o deputado federal Deltan Dallagnol (Podemos-PR) três vezes, sem obter sucesso, para comunicá-lo da decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de cassação do seu mandato. Esse ato formal permite a abertura do prazo de cinco dias úteis para que o parlamentar apresente sua defesa.

Segundo ato da Mesa Diretora da Câmara, a corregedoria tem três tentativas para notificar o parlamentar. Caso não haja sucesso, a notificação é publicada em Diário Oficial da União. No dia seguinte a essa publicação, passa a valer o prazo de cinco dias úteis para que o parlamentar apresente a sua defesa.

O corregedor, por sua vez, tem um prazo de 15 dias úteis para oferecer o seu parecer à Mesa Diretora da Câmara para a declaração oficial da perda de mandato.

O TSE cassou, por unanimidade, o registro da candidatura e, consequentemente, o mandato de Deltan, ex-coordenador da força-tarefa da Operação Lava Jato em Curitiba, na última terça-feira. Na quarta, a corte enviou notificação à Câmara para comunicar a decisão.

Desde então, a corregedoria tentou em três ocasiões diferentes



MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL/DIVULGAÇÃO/JC

Deltan Dallagnol foi coordenador da Operação Lava Jato em Curitiba

notificar o deputado em seu gabinete na Câmara: na quinta, na sexta-feira e na tarde de ontem.

Em nota, Deltan diz que está fora da Câmara desde a última quinta-feira “em reuniões com meus advogados e líderes do Podemos”. “Desde sexta estive em Curitiba, minha base no Paraná, como todos os outros deputados fazem”, diz.

Não há previsão de votação no plenário ou algum tipo de debate na casa sobre a decisão do TSE. Dessa forma, a única chance de Deltan reverter a situação seria conseguir uma ordem do Supremo Tribunal Federal (STF) para suspender os efeitos da decisão.

A ação de cassação de Deltan

é decorrente de representação da Federação Brasil da Esperança (que reúne PT, PCdoB e PV) e do PMN, que alegaram que o parlamentar não poderia ter deixado a carreira de procurador da República para entrar na política porque respondia a sindicâncias, reclamações disciplinares e pedidos de providências junto ao Conselho Nacional do Ministério Público - que fiscaliza os deveres funcionais dos integrantes do Ministério Público.

Em pronunciamento à imprensa na quarta, Deltan afirmou que perdeu o seu mandato por combater a corrupção. “A verdade é uma só, perdi meu mandato porque combati a corrupção.”

STF decide tornar réus mais 250 denunciados

/ 8 DE JANEIRO

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria no sábado para tornar réus mais 250 pessoas acusadas de participar dos atos do dia 8 de janeiro. Esta é a quinta rodada de análise de denúncias apresentadas pela Procuradoria-Geral da República (PGR) após os atos antidemocráticos promovidos por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). O julgamento começou na última terça-feira e se encerrou às 23h59min desta segunda.

Eles foram presos na manhã do dia 9 de janeiro no acampamento montado em frente ao quartel-general do Exército em Brasília e compõem o grupo chamado de incitadores, sem envol-

vimento direto no vandalismo aos prédios.

Até o momento, 795 acusados já se tornaram réus no Supremo devido aos atos golpistas. O tribunal abriu 100, 200, 250 e 245 ações penais, respectivamente, contra envolvidos. Ao todo, 1.390 pessoas foram denunciadas pela PGR por envolvimento nos ataques.

Itamaraty transmite desagrado a embaixadora por racismo

/ DIREITOS HUMANOS

A secretária no Itamaraty para Europa e Estados Unidos, Maria Luísa Escorel, conversou por telefone nesta segunda-feira com a embaixadora da Espanha no Brasil, Mar Fernández-Palacio, para transmitir o desagrado do governo

brasileiro aos episódios de racismo sofridos pelo jogador de futebol Vinícius Júnior.

A embaixadora não estava em Brasília, por isso não houve a convocação, forma de protesto utilizado na diplomacia. Mas, por telefone, Escorel manifestou a insatisfação com os reiterados ataques

racistas ao jogador e a expectativa do Brasil de que medidas sejam tomadas.

O atacante brasileiro Vinicius Junior, do Real Madrid, foi expulso neste domingo depois de confusão iniciada por insultos racistas proferidos contra ele por torcedores do Valencia.